



Cristina Gallo

Famílias de jovens mortos em Luziânia por assassino serial – que estava em liberdade condicional – acompanharam o debate sobre o regime de progressão de penas na Comissão de Constituição e Justiça

Para Luiz Paulo Barreto, avaliação psicológica não pode ser dispensada quando o retorno desses presos às ruas represente novo risco à sociedade, como foi o caso dos assassinatos de meninos em Luziânia

Ministro defende rastreamento e volta do exame criminológico

A necessidade do exame criminológico antes que um preso com sinais de psicopatia possa ser solto foi defendida ontem na CCJ pelo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. O

ministro também sugeriu a aprovação de outra medida pelo Congresso: a adoção do controle eletrônico dos detentos em liberdade condicional. O presidente da CCJ, Demostenes Torres, pediu que as lideran-

ças cheguem a um acordo que permita a votação pelo Plenário do Senado da volta do exame. O monitoramento eletrônico, já aprovado pelos senadores, espera por decisão da Câmara. **5**



Luiz Paulo Barreto (E) conversa com o presidente da CCJ, Demostenes Torres

Cristina Gallo

Chega ao Senado projeto que reduz prazo para acesso a arquivo sigiloso

Aprovado na Câmara, projeto reduz de 30 para 25 anos o prazo, prorrogável por igual período, para que documentos secretos sejam abertos à sociedade. Arquivos do golpe de 1964 seriam conhecidos em 2014 **3**

Nomeação de embaixadora em Israel passa em comissão

Maria Elisa de Bittencourt Berenguer diz que Brasil prosseguirá em busca de entendimento no Oriente Médio e ressalta que situação política na região não pode ofuscar potencial das relações bilaterais. **8**



Eurípedes (filho de Chico), Mão Santa, Marconi, Heráclito e Carlos Alberto

Plenário homenageia obra do líder espírita Chico Xavier **2**

Adoção de elevador em aeroporto para cadeirante

Passageiros com necessidades especiais devem ter direito ao uso de equipamentos como elevadores para entrar e sair dos aviões, nos aero-

portos onde não existam pontes de acesso direto às aeronaves, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura. **7**

Novo código deve refletir as atuais relações de consumo

A conclusão é dos especialistas que participaram ontem do terceiro e último debate sobre os 20 anos do Código de

Defesa do Consumidor, na CMA. Para eles, as modernizações devem seguir novas tendências do mercado. **4**

Governo prevê receitas de quase R\$ 1 trilhão em 2011

Chegou ontem ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, enviado pelo governo.

Há previsão de receitas de R\$ 936,4 bilhões e despesas de R\$ 854,7 bilhões, com 3,3% do PIB de superávit primário. **7**

Gerakty/Vegada

Senadores homenageiam Chico Xavier no centenário de seu nascimento

O Senado homenageou ontem o centenário de nascimento do líder espírita e médium Francisco Cândido Xavier. O primeiro vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que Chico Xavier deixou um legado de exemplos de como aplicar na vida cotidiana a máxima baseada no Evangelho: "Fora da caridade não há salvação". Marconi é o autor do pedido de homenagem. O senador assinalou que Chico Xavier era

um homem simples, que cursou apenas o primário, mas escreveu mais de 400 livros, que venderam milhões de exemplares em português, inglês, japonês, russo e espanhol. Marconi frisou que o médium não recebeu o dinheiro decorrente da venda desses livros, pois doou todos os direitos autorais.

Para o senador Mão Santa (PSC-PI), o líder espírita significa a paz, a humildade e a caridade que une os homens. José Nery

(PSOL-PA) disse que o homenageado foi um extraordinário cidadão brasileiro que dedicou a vida à promoção da solidariedade e do bem-estar do povo. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também homenageou o médium.

Participaram da homenagem o filho adotivo de Chico Xavier, Eurípedes Humberto Higino dos Reis, e o irmão deste, Carlos Alberto dos Reis, além de representantes de federações e centros espíritas.

A caridade como marca de sua obra espiritual

Nascido em 2 de abril de 1910 em Pedro Leopoldo (MG), Francisco de Paula Cândido, o Chico Xavier, notabilizou-se por divulgar o espiritismo no Brasil. Era reconhecido por muitos como alguém capaz de se comunicar com os espíritos, possuidor de supostos dons sobrenaturais.

É lembrado ainda por suas obras assistenciais em Uberaba (MG), cidade onde faleceu, em 30 de junho de 2002, aos 92 anos. Na década de 1970, passou a ajudar pessoas pobres com o dinheiro que obtinha da venda de seus 451 livros, que teriam sido psicografados. Os livros são romances, contos, ensaios, apólogos, crônicas e poesias.

Nascido em uma família humilde e católica, Chico Xavier cursou somente o primário, concluído em 1924, e não voltou a estudar. Em 1925, começou a trabalhar como auxiliar de cozinha em um restaurante. Em 1928, passou a publicar mensagens tidas como psicografadas em jornais e, em 1965, viajou para Washington (EUA), com o objetivo de divulgar o espiritismo no exterior.



No Plenário do Senado, representantes de federações e centros espíritas participam da homenagem ao médium, cujo trabalho tem prosseguimento

Para Marconi, "sua aura emanava a paz da alma"

O senador Marconi Perillo citou outro espírita renomado, o baiano Divaldo Franco, para destacar que Chico Xavier foi o "maior apóstolo do espiritismo nos séculos 20 e 21", tendo se tornado "a própria missão". Marconi é autor do requerimento para realização da sessão especial de ontem.

– Sua aura emanava a paz da alma e do coração. Esse poder irradiador inspirou espíritas no Brasil e no mundo a buscar a paz e a solidariedade, tanto que sua obra permanece sendo divulgada mesmo após a sua

morte – disse, lembrando que prossegue o trabalho realizado pelo Grupo Espírita da Prece, em Uberaba (MG), onde Chico atendia milhares de pessoas diariamente.

Marconi afirmou que Chico Xavier publicou 451 títulos, com mais de 50 milhões de exemplares comercializados em diversas línguas. O próprio Chico, porém, esclareceu o senador, negava a autoria das obras, atribuindo-as aos espíritos que as ditavam, entre os quais seu principal mentor, Emmanuel. Marconi também salientou que

os ganhos relativos aos direitos autorais foram doados a instituições de caridade.

Para o parlamentar, Chico Xavier tem a mesma estatura de figuras dedicadas à causa humanitária, como Madre Teresa de Calcutá, Mahatma Gandhi e Irmã Dulce. Ele ressaltou que Chico Xavier, ao lado do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do inventor Santos Dumont, recebeu em 2000 o título de Cidadão do Século 20.

Marconi encerrou seu discurso citando algumas lições de Chico Xavier, como "Fora da caridade não há salvação".

Mão Santa: caridade começa com os de casa

O líder espírita e médium "é a paz, a humildade e a caridade que une os homens", afirmou ontem Mão Santa. Ressaltando que sabe muito pouco sobre o espiritismo, o senador disse que tem respeito muito grande por Chico Xavier.

Em reflexão sobre ensinamentos de sua mãe e do líder espírita, Mão Santa disse que "a caridade, para ser boa, começa com os de casa". Comparativamente, o presidente Lula é generoso na ajuda a outros países, mas "deixa os velhinhos brasileiros aposentados morrendo".

– Isso é para lembrar, já que esta é uma Casa de reflexão: a caridade começa com os de casa.



Chico Xavier, em foto dos anos 1970: 451 livros publicados



Para Marconi Perillo (E), Chico Xavier tem a mesma estatura de figuras como Gandhi, Madre Teresa de Calcutá e Irmã Dulce

Nery aponta preconceito de elites conservadoras

"Apesar do sucesso e do interesse atual que sua biografia vem despertando, Chico Xavier também foi vítima de preconceito dos setores retrógrados e atrasados, dos setores abastados das elites conservadoras do nosso país", afirmou José Nery, ao exaltar a trajetória do líder espírita. Ele disse que Chico Xavier foi "um extraordinário cidadão" que se dedicou ao combate à pobreza e à miséria e ao estudo da doutrina de Kardec. Segundo o senador, o filme sobre o líder espírita já é um recordista de bilheteria no Brasil.

Nery também prestou homenagem à União Espírita Paraense, ao Centro Espírita Allan Kardec de Abaetetuba (PA) e aos representantes de instituições espíritas do Canadá, da França e do Uruguai presentes à sessão do Senado.

Virgílio destaca humildade e simplicidade do médium



Arthur Virgílio

no país, é baseado em livro do jornalista Marcel Souto Maior, brasileiro, cujo pai, Ronan Soares, mineiro de Araxá, trilhou longa e brilhante carreira como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, apontou como as maiores qualidades do médium e líder espírita Chico Xavier a modéstia e a simplicidade.

Virgílio informou que o filme que relata a história de Chico Xavier, atualmente em exibição

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Sessão sem votações hoje

9h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa, destinada a discursos dos parlamentares. Entre os inscritos, estão Geovani Borges (PMDB-AP) e Augusto Botelho (PT-RR).

CPC Audiência pública em Curitiba

9h Comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil realiza audiência pública destinada à discussão da proposta, no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

Exposição 50 anos de Brasília

9h O Senado promove, até o dia 23, a exposição *Retratos de Família, Janelas do Brasil, Arte em Festa*, em comemoração aos 50 anos de Brasília, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e no Senado Galeria.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senado examinará projeto que reduz de 30 para 25 anos, com possibilidade de uma prorrogação, o prazo de sigilo para documentos ultrassecretos

Documento do golpe militar pode ser conhecido em 2014

DOCUMENTOS SOBRE O golpe de 1964 mantidos sob sigilo pelo governo poderão ser conhecidos pelo público em 2014. Projeto que reduz de 30 para 25 anos o prazo de sigilo para documentos classificados como ultrassecretos – com a possibilidade de uma única prorrogação – foi aprovado pela Câmara e deve entrar na pauta do Senado nos próximos dias.

Os deputados aprovaram na última terça-feira texto do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) ao projeto de lei (PL 219/03) de iniciativa do Poder Executivo que trata de prazos de sigilo de documentos e informações guardados pelo poder público e dos procedimentos para o acesso de qualquer cidadão a esses dados.

O tempo deverá ser contado a partir da data em que os documentos tiverem sido produzidos. O texto acaba com a prorrogação indefinida desse prazo nos casos de documentos que possam causar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território brasileiro.

Os documentos classificados como secretos terão prazo de 15 anos de sigilo, e os reservados, de cinco anos. O texto aprovado na Câmara tomou como base

o PL 5.228/09, do Executivo, que tramitou com o PL 219/03, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Pedidos

Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações detidas pelo poder público sem precisar dizer o motivo. O órgão responsável deverá conceder o acesso imediato à informação disponível ou informar a data em que isso poderá ocorrer. Caso o acesso não seja possível, deverão ser indicadas as razões da recusa. Se a negação ocorrer por se tratar de informação sigilosa, caberá recurso à autoridade superior.

Em relação à esfera federal, o cidadão poderá também recorrer a um ministro de Estado. Será permitido ainda um último recurso perante a comissão de reavaliação criada pelo projeto. Uma emenda do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) especificou o prazo de cinco dias para a comissão se manifestar.

Além disso, se alguém quiser que uma informação deixe de ser classificada como secreta ou ultrassecreta, a comissão, que estará ligada à Casa Civil da Presidência da República, poderá ser acionada.

Composta no texto original

apenas por ministros de Estado, a comissão terá também integrantes indicados pelo Legislativo e pelo Judiciário, por sugestão do deputado Bonifácio Andrada (PSDB-MG). Emenda do deputado Miro Teixeira tornou essa comissão paritária.

A comissão deverá rever, de ofício, a cada quatro anos, a classificação de informações secretas ou ultrassecretas; ou também a pedido de pessoa interessada. Se esse prazo não for cumprido, o documento deixará automaticamente de ser considerado sigiloso. A primeira dessas revisões acontecerá depois de um reexame a ser feito pelos órgãos que classificaram o documento. Eles terão dois anos para fazer isso, a partir da vigência da futura lei.

Presidente

Uma emenda do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) determina que o sigilo de dados que possam colocar em risco a segurança do presidente da República (como sua rotina pessoal e hábitos de consumo, por exemplo) valerá também para cônjuge e filhos, e não para os demais familiares, como previsto no substitutivo. Os dados serão liberados depois do término do mandato.



Passeata dos 100 mil, no Rio, em 1968: acesso aos arquivos da repressão

Falta de acordo impede o exame de medidas provisórias

A falta de acordo entre os líderes partidários impediu a votação de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Plenário. Uma delas é a MP 473/09, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 742 milhões em favor de cinco ministérios.

Há ainda um projeto de lei de conversão, resultante da MP 472/09, que cria o programa Um Computador por Aluno e institui regime especial de incentivo para desenvolvimento de infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Integra a pauta, em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara 309/09, que cria a Petro-Sal. Essa proposta tramitou conjuntamente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de

Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Já que os votos dos relatores sobre a matéria não foram apreciados nessas comissões, serão analisados diretamente pelo Plenário.

Divórcio

Como todas as matérias dependem de acordo de líderes para serem votadas, a ordem do dia continua bloqueada, o que impede a análise de 80 propostas em pauta.

Uma delas é a chamada PEC do Divórcio (PEC 28/09), que deve ser apreciada em segundo turno. A proposta acaba com a exigência da separação prévia judicial por mais de um ano, ou de separação de fato por mais de dois anos, para obtenção do divórcio.

Sistema proposto é semelhante ao usado nos EUA

A fixação de prazos para divulgação de documentos sigilosos, prevista na proposta (PL 219/03) aprovada pela Câmara e que passará a tramitar no Senado, é semelhante à adotada pelos Estados Unidos. A Executive Order 13.526, baixada pelo presidente Barack Obama em 2009, instituiu três níveis de classificação de documentos – confidencial, secreto e *top secret*. O grau desejado de sigilo da informação é

definido por sua “sensibilidade” – o cálculo do prejuízo potencial para a segurança nacional que a divulgação causaria.

Pela norma, a classificação da informação não pode ser adotada simplesmente para acobertar atividade ilegal ou para evitar embaraço a autoridades. A informação só pode ser classificada em qualquer um dos três níveis para proteger “objetivos de segurança nacional”.

A intenção é evitar que contínuem protegidas, como estiveram até 2007, informações sobre atividades ilegais do governo dos Estados Unidos, empreendidas pela Agência Central de Inteligência (CIA) nos anos 1960, como tentativas de assassinato do dirigente cubano Fidel Castro e a infiltração do serviço secreto norte-americano entre pacifistas que protestavam contra a Guerra do Vietnã.



Projeto de lei sobre classificação de documentos sigilosos já foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados

Senado celebrará 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

O Plenário aprovou ontem requerimento para que a hora do expediente do próximo dia 5 de maio seja dedicada à comemoração dos dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O requerimento (RQS 369/10) foi apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), enquanto a votação da matéria foi pedida pelo líder de seu partido, Arthur Virgílio (AM).

Recurso contra aprovação de diretor da ANA

Os senadores José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), líderes do DEM e do PSDB, pediram ontem à Mesa do Senado o cancelamento da votação do Plenário que aprovou, na quarta-feira, o nome de Paulo Rodrigues Vieira para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA). A indicação já havia sido rejeitada pelo Plenário no ano passado.

Os dois líderes alegaram que só depois da votação perceberam que se tratava do mesmo indicado e consideraram o acontecido como uma “possível deslealdade” do presidente do Senado, José Sarney, por ter colocado em nova votação a indicação já rejeitada pelo Plenário.

Na presidência da sessão de ontem, o senador Mão Santa

(PSC-PI) suspendeu temporariamente os efeitos da votação de anteontem até que Sarney delibere sobre a questão.

– Não havia nenhuma justificativa para que essa matéria voltasse ao Plenário – afirmou Agripino.

Virgílio disse que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal se a votação não for anulada.

Vinte anos depois da aprovação unânime do Código de Defesa do Consumidor, especialistas mostram necessidade de mudanças para assegurar que o lucro das empresas não seja obtido na base do engano



Ricardo Morishita (E), do Ministério da Justiça, senador Renato Casagrande e Héctor Valverde. À direita, Claudia Lima Marques, da UFRGS



Código do Consumidor deve refletir nova realidade, aponta debate

O CÓDIGO DE Defesa do Consumidor (CDC) precisa ser aprimorado para refletir a realidade das atuais relações de consumo. Essa foi a conclusão geral a que chegaram os especialistas que participaram ontem da terceira e última audiência pública do ciclo de debates sobre os 20 anos do código (Lei 8.078/90). O evento foi promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O juiz de Direito do Distrito Federal Héctor Valverde defendeu a instituição da multa civil às empresas que causarem danos ao consumidor de forma reiterada. Ele explicou que se torna mais lucrativo para algumas empresas cometer a infração e pagar indenização, a poucos consumidores que reclamarem, do que deixar de praticar a lesão. A cobrança ilegal de R\$ 1 dos consumidores de serviços telefônicos gera R\$ 60 milhões de lucro à empresa, uma vez que são 60 milhões de usuários do serviço e a grande maioria não vai reclamar valor considerado irrisório, exemplificou.

Na avaliação de Valverde, o atual sistema incentiva práticas desonestas por parte dos fornecedores de produtos e serviços e, para ele, a multa civil poderá inibir tais práticas. Os recursos advindos

das multas, sugeriu o magistrado, deveriam compor um fundo de defesa do consumidor.

Valverde também propôs a adoção da tutela coletiva, pela qual demandas idênticas são decididas conjuntamente. O Brasil possui cerca de 200 milhões de habitantes, sendo o sétimo mercado consumidor do mundo. Portanto, resumiu, o país não tem estrutura administrativa e judicial capaz de atender individualmente às milhares de reclamações sobre o mesmo tema.

Também na opinião da professora da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) Claudia Lima Marques o CDC precisa ser complementado. Ela ressaltou que há 20 anos o código visava dar acesso ao consumo, enquanto, atualmente, o consumidor exige, nas relações comerciais, um tratamento de respeito e dignidade.

O código em vigor garantiu direitos ao consumidor. Mas a sociedade evoluiu, surgiram novidades como contratos de adesão e ganharam peso práticas como *marketing* e *telemarketing*, publicidade, ofertas individuais, entre outras, que exigem a adequação da norma, mantendo-se suas premissas básicas, observou a professora.

Já o diretor do Departamento de

Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, analisou que a aprovação do CDC pelo Congresso, há 20 anos, foi unânime, o que significa que também o mercado concordou com as regras do código. Entre elas, ressaltou a responsabilidade objetiva dos fornecedores quanto aos produtos e serviços que oferecem ao consumidor e a regra da solidariedade, pela qual todos os envolvidos na cadeia produtiva devem responder por eventuais danos.

– O conceito principal do pacto de 20 anos atrás, que a sociedade estabeleceu e com que o mercado concordou, é de que o lucro não deve ser conquistado com base no engano – observou Morishita.

Apesar de atualmente a economia estar mais estável, o que possibilita planejamento e previsões de longo prazo, o mercado está mais complexo. E consumidores mais vulneráveis, como crianças e idosos, ingressaram no processo de consumo, o que exige medidas especiais, acrescentou.

O ciclo de audiências foi proposto pelo presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES). Como parte das atividades sobre os 20 anos do CDC, a comissão lançou um site no endereço www.senado.gov.br/sf/senado/programas/20anosCDC/.

Proposta de novo CPC pretende simplificar trâmites judiciais

Os três pontos fundamentais do trabalho da comissão de juristas que elabora uma proposta de reforma do Código de Processo Civil (CPC) são a "organicidade do processo, a capacidade de resolução dos problemas de forma empírica e a simplificação dos trâmites processuais", definiu ontem a jurista Teresa Wambier, relatora da comissão, em discussão realizada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Ao iniciar o debate, o desembargador Leo Lima, presidente do tribunal, afirmou que o fato de a Justiça ser lenta não significa que os juízes e os servidores do Judiciário o sejam. Segundo ele, é preciso aperfeiçoar a legislação para reduzir a morosidade da Justiça.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, presidente da

comissão, insistiu na necessidade de diminuir o volume de recursos que postergam a decisão final sobre as demandas.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Carlos Levenzon, sugeriu a participação dos advogados na fase postulatória dos processos.

Esses profissionais seriam autorizados a realizar a mediação em salas dos foros ou escritórios credenciados para esse fim perante a OAB, com remuneração tarifada. Assim, haveria uma possibilidade de conciliação credenciada que favoreceria a resolução dos conflitos sem aumentar a demanda pelo Poder



Desembargador Leo Lima (E), do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao lado de Luiz Fux, que preside a comissão de juristas

Judiciário, argumentou Levenzon.

Hoje acontece em Curitiba a última das seis audiências públicas promovidas pela comissão fora de Brasília. A intenção dos juristas é que o anteprojeto de reforma do CPC seja concluído e entregue ao presidente do Senado, José Sarney, nas próximas semanas.

Arrecadação federal deve atingir no próximo ano R\$ 936,4 bilhões

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, encaminhado ontem ao Congresso Nacional, apresenta uma previsão de receitas de R\$ 936,4 bilhões e despesas de R\$ 854,7 bilhões, com a manutenção de meta de superávit primário de 3,3% do produto interno bruto (PIB) para o conjunto do setor público.

Em termos nominais, a meta estabelecida no projeto será de R\$ 125 bilhões para o setor público consolidado, sendo R\$ 81 bilhões para os orçamentos fiscal e da seguridade e R\$ 7,6 bilhões para o Programa de Dispêndios Globais das estatais. Segundo a Secretaria de Orçamento Federal, a fixação de metas em valores nominais dá uma melhor previsão da meta de superávit primário a ser alcançada no exercício, uma vez que esta é dependente da oscilação da previsão do PIB.

A proposta mantém a exclusão da Petrobras da apuração do superávit e estabelece que, durante a execução orçamentária de 2011, poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para o governo central.

Crescimento

As metas e prioridades da administração pública federal para o exercício 2011 correspondem aos projetos e ações da primeira e segunda fases do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerados estratégicos pelo governo por sua capacidade de alavancar o desenvolvimento do país como estabelecido no Plano Plurianual 2008-2011.

Conheça a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

A LDO define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia etc.). Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. O projeto da LDO é elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal e encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente da República, que possui exclusividade na iniciativa das leis orçamentárias. Recebido pelo Congresso, o projeto de lei é publicado e encaminhado à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

RELATOR. O senador Tião Viana (PT-AC) foi confirmado como relator da LDO pelo presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS). Já o senador Gim Argello (PTB-DF) ficou com a relatoria-geral do projeto da LOA de 2011. Caberá a ele negociar detalhes do Orçamento com o governo que será eleito em outubro.

PARECER. O relator do projeto da LDO deve, primeiramente, elaborar Relatório Preliminar sobre o projeto, o qual, aprovado pela CMO, passa a denominar-se Parecer Preliminar.

EMENDAS. Cada parlamentar, comissão permanente do Senado e da Câmara e bancada estadual do Congresso pode apresentar até cinco emendas ao anexo de metas e prioridades. Não se incluem nesse limite as emendas ao texto do projeto de lei. Para essa finalidade, as emendas são ilimitadas.

APROVAÇÃO. A Constituição não estabelece prazo final para a aprovação do projeto da LDO, mas determina que o Congresso não tenha direito a recesso a partir de 17 de julho enquanto o PLDO não for aprovado.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse em Plenário que estava aliviado ao saber que o governo federal deverá optar por um sistema de parceria público-privada (PPP) para a implementação do Plano Nacional de Banda Larga no país, anunciado no mês passado. Notícias anteriores informavam sobre a possível criação de uma empresa estatal para cuidar da expansão do setor.

Geovani Borges (PMDB-AP) chamou atenção, em discurso, para o problema dos analfabetos funcionais – aqueles que frequentaram escolas, entendem as letras e algumas frases, mas não compreendem o conjunto do que leem. O senador afirmou que só há uma saída para o problema: educar e treinar para a qualidade.

José Nery (PSOL-PA) anunciou a escolha do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio como o candidato do PSOL a presidente da República. A definição ocorreu no último final de semana no Rio de Janeiro, durante a 3ª Conferência Nacional Eleitoral do PSOL, que foi precedida por uma série de debates entre os pré-candidatos nas capitais de diversos estados, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo.

Ministro da Justiça diz na CCJ que teste deve acontecer sempre que o detento demonstrar instabilidade emocional e psíquica. Senadores defendem fim da progressão penal para casos de crime hediondo, como os ocorridos em Luziânia



Luiz Paulo Barreto (2ª à esq.) também defende, na audiência presidida por Demostenes Torres (C), o rastreamento eletrônico dos que representam grande perigo

Ministro vê necessidade de exame criminológico antes de soltar presos

O EXAME CRIMINOLÓGICO deve voltar a ser obrigatório antes da soltura de presos que apresentem distúrbios de comportamento característicos de psicopatia, defendeu ontem o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, após participar de audiência pública no Senado. Para o ministro, a avaliação psicológica não pode ser dispensada quando houver indícios de que o retorno desses indivíduos às ruas pode representar risco maior para a segurança da sociedade.

– O exame deve acontecer quando o preso demonstrar instabilidade emocional e psíquica. Até mais que um exame criminológico, é necessária uma avaliação ampla da capacidade que tem para convivência social – argumentou o ministro.

Promovida pela CCJ, a audiência foi realizada para analisar medidas que previnam crimes bárbaros e discutir o regime de

progressão de penas.

Benefício desse tipo foi concedido ao pedreiro Adimar de Jesus Silva, assassino confesso dos seis jovens de Luziânia (GO), que cumpria pena por crime de pedofilia. Como apresentava bom comportamento, o juiz decidiu pela soltura, mesmo havendo pedido da promotora do caso para um segundo exame criminológico.

Pulseiras eletrônicas

Para o ministro, o exame por si só não é suficiente para definir uma decisão segura sobre a condição psicológica do preso. Como exemplo, ele lembrou que, no caso do assassino serial

de Luziânia, um dos laudos sugeria a soltura. Além disso, mesmo sem o benefício da progressão, o preso terá de voltar às ruas ao fim da pena.

Por isso, o ministro defendeu mais investimentos não só na repressão ao crime, mas também na reintegração dos presos e no seu acompanhamento após o retorno às ruas. Para os que representem grande perigo, o ministro sugeriu um rastreamento mais rigoroso, até mesmo com pulseiras eletrônicas.

– Não podemos permitir que um psicopata como o assassino dos jovens de Luziânia volte ao convívio social sem que o

Estado acompanhe esse retorno – sustentou.

Após crimes como os de Luziânia, lembrou o ministro, a sociedade enfrenta um “choque” e pressiona por mudanças na legislação penal, pedindo penas mais longas e regime mais duro para o cumprimento das sentenças. No entanto, ele apelou por serenidade, ponderando que leis não devem ser alteradas em “momentos de susto”.

Participaram do debate Felipe de Paula, secretário de assuntos parlamentares do ministério, e os delegados da Polícia Federal Hellan Wesley Soares e Marcos Teixeira.

Demostenes pede a líderes que agilizem votação

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, pediu ontem aos líderes partidários que agilizem a votação dos projetos que tratam da implantação do monitoramento eletrônico de presos perigosos e do retorno do exame criminológico, extinto em 2003.

A proposta de monitoramento eletrônico (PLS 165/07) já foi aprovada na Câmara, passou pela CCJ no Senado e depende apenas da aprovação do Plenário para ser enviada à sanção. Itália e Estados Unidos já implantaram o sistema, disse o senador. O PLS 190/07 (exame criminológico) foi aprovado pela CCJ em outubro de 2009 e se encontra em exame na Câmara.

Demostenes lembrou que, em 2003, o governo aprovou o fim do exame criminológico, mesmo com a opinião contrária de diversos membros da oposição e até mesmo de senadores da base governista. A ideia do governo, à época, disse o senador, era “esvaziar as prisões”. Para isso, foi implantado o regime de progressão da pena, inclusive para crimes hediondos, e aprovado o fim do exame criminológico, “lançando a sociedade brasileira e os homens de bem na insegurança”.



Na reunião da Comissão de Justiça, senadores José Nery, Tuma, Patrícia Saboya e Lúcia Vânia, e deputado Ronaldo Caiado

Fim da progressão penal no caso de crime hediondo

Na audiência pública da Comissão de Justiça, os senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Demostenes Torres (DEM-GO) voltaram a defender o fim da progressão de regime prisional para crimes hediondos.

Segundo Tuma, um preso com o tipo de distúrbio psiquiátrico apresentado pelo pedreiro Adimar de Jesus, que estuprou e matou seis jovens de Luziânia (GO), não pode ter o benefício do regime semiaberto ou da liberdade condicional, “pois, se retornar ao convívio da sociedade, irá delinquir novamente”.

Tuma foi relator de proposta do senador Demostenes Torres com dispositivo que proíbe a progressão da pena nesses casos. Embora o projeto tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional e transformado em lei, o dispositivo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Um meio termo encontrado foi ajustar o texto aprovado para se exigir o cumprimento mínimo de 50% da pena dos condenados por crime hediondo para obter o benefício



Parentes das vítimas acompanham a audiência pública da progressão.

“Falha grave”

Por sua vez, Demostenes, que é presidente da Comissão de Constituição e Justiça, avaliou a decisão do juiz de soltar o pedófilo de Luziânia como “uma falha grave” e defendeu investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a atuação do magistrado nesse caso. O senador também pediu a volta do exame criminológico obrigatório para liberação de presos envolvidos com crimes hediondos ou em caso de reincidência na prática de qualquer delito.

Patrícia Saboya (PDT-CE) também compartilhou da opinião de que o episódio de Luziânia obriga

a uma nova discussão sobre a progressão de pena para crimes hediondos.

Autora do requerimento de audiência pública sobre o caso de Luziânia, Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou que as autoridades não tenham conseguido impedir aqueles assassinatos em série, mas viu a participação do ministro no debate como uma mostra da responsabilidade que os detentores de função pública têm em dar uma resposta à sociedade num momento como esse.

Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), José Nery (PSOL-PA) defendeu a criação de uma rubrica no Orçamento da União para 2011 destinando recursos para estruturação dos conselhos tutelares e capacitação de seus conselheiros.

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), informou que o Rio Grande do Norte foi o estado do Nordeste que apresentou proporcionalmente, nos últimos dois anos, o maior número de homicídios na região.

Mozarildo: governo de Roraima será investigado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem a abertura de investigação pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar supostas irregularidades cometidas em licitação realizada pelo governo de Roraima.

A ação foi motivada por denúncia do senador ao procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, apontando possíveis desvios de verbas públicas em obra de revitalização de linha de transmissão de energia elétrica em seu estado, ligando as cidades de Boa Vista, Mucajaí, Caracará e Rorainópolis.

As suspeitas, de acordo com Mozarildo, se devem ao fato de que trecho da linha de transmissão, para a qual foi contratado empréstimo de R\$ 114 milhões junto ao BNDES, estaria em bom estado, necessitando apenas de limpeza e conservação.

– Há fortes indícios de uma licitação para a realização de uma obra já realizada ou parcialmente realizada – disse.



Mozarildo aponta liberação irregular de recursos: obra já estaria pronta

Transposição de servidores ganha apoio de Jucá

Valdir Raupp (PMDB-RO) comunicou que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), concordou em incluir na Medida Provisória 472/09, sob a forma de emenda, a regulamentação da Emenda Constitucional 60/09, que trata da transposição de servidores de Rondônia para a folha da União. Essa MP trata de vários assuntos do governo. Com isso, a regulamentação poderá ser aprovada ainda neste semestre, permitindo que se concretize a transposição.

Raupp ponderou que, se o governo enviar a regulamentação à Câmara dos Deputados sob a forma de um projeto de lei, haverá dificuldades para sua aprovação neste ano, por causa das eleições de outubro, o que reduz o ritmo de votações no Congresso. Parlamentares de Rondônia e sindicatos dos servidores estiveram ontem no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para discutir o texto da regulamentação.



Raupp acha que envio de projeto de lei inviabiliza aprovação este ano

Augusto aplaude pontos do novo Código de Ética Médica



Cezar Viegas

Augusto Botelho

A previsão de cuidados paliativos, o reforço à autonomia do paciente e as regras para reprodução assistida e manipulação genética estão entre as novidades da nova versão do Código de Ética Médica do Brasil, destacadas pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). Outra inovação, conforme o senador, é a ampliação do alcance do código aos médicos em cargos de gestão, pesquisa e ensino.

Augusto, que é médico, informou que esteve, na terça-feira, no lançamento da sexta revisão do código, que culminou um trabalho intenso coordenado pelo Conselho Federal de Medicina após mais de 20 anos de vigência da norma anterior.

Distanásia

O novo código, frisou o senador, reforça o caráter antiético da distanásia, entendida como o prolongamento artificial do processo de morte, com sofrimento do doente e seus familiares e amigos, sem perspectiva de cura ou melhora. Augusto Botelho observou que aparece aí o conceito de cuidado paliativo.

Geovani celebra implantação do projeto Macapá Digital



Cezar Viegas

Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou a implantação do projeto Macapá Digital, parceria entre a prefeitura da capital do Amapá, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. – O projeto irá propiciar a melhoria da distribuição de renda, a democratização do acesso a informações e ao conhecimento, a inserção social dos cidadãos e oportunidade de emprego e renda.

De acordo com o senador, a iniciativa deverá beneficiar 42 mil usuários, com três centros de capacitação nos bairros de Novo Horizonte, Congós e Central. Na implantação do projeto, será usado um tipo de computador que consome 90% menos energia.

Para Geovani, a ação vai proporcionar aos alunos oportunidade de melhorar suas habilidades comportamentais, capacitação profissional e conhecimento em informática, ampliando sua empregabilidade e renda.

Justiça Federal do Pará acatou pedido feito pelo Ministério Público para suspender escolha, no dia 20, das empresas que construirão hidrelétrica

José Nery comemora liminar que cancela leilão de Belo Monte

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA) comemorou ontem a concessão de liminar, pela Justiça Federal do Pará, que suspendeu a licença prévia e cancelou o leilão que iria selecionar, no próximo dia 20, as empreiteiras para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. A liminar, concedida pelo juiz Antonio Carlos Almeida Campelo, é resultado de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Pará.

A ação aponta irregularidades no empreendimento e a falta de regulamentação do artigo 176 da Constituição, que estabelece a obrigatoriedade da edição de uma lei ordinária para a construção de hidrelétrica em área indígena.

Para Nery, a liminar é uma vitória da mobilização, da pressão e da força dos movimentos sociais que se opuseram à obra. Ele assinalou que, pela liminar, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não deve emitir a nova licença ambiental para a construção da hidrelétrica e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não pode fazer novo edital para o leilão até que o mérito da ação seja



Cezar Viegas

Para Nery, ausência de debate sobre a obra é uma "afrota à sociedade brasileira"

Julgado. Os dois órgãos estão sujeitos a multa no valor de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento da liminar.

– Faço questão de ressaltar que a ausência de debate com os setores sociais envolvidos, por parte do governo federal, é uma afronta à sociedade brasileira e abriria caminho, caso não fosse detida a tempo, para uma tragédia sócio-ambiental de consequências tão graves quanto imprevisíveis – afirmou.

Marco Maciel pede revisão dos decretos que tiraram autonomia da Chesf

O senador Marco Maciel (DEM-PE) pediu ontem que os decretos governamentais acabando com a autonomia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e suas subsidiárias sejam revistos.

De acordo com o senador, o governo tirou a autonomia administrativa da Chesf "com o objetivo de transformar a Eletrobras numa megaempresa pública, não se sabe exatamente com que finalidade".

– Até hoje as medidas adotadas recentemente pelo governo federal ainda não foram adequadamente explicadas – acusou.

Para Maciel, o caminho mais fácil para transformar a Eletrobras nessa megaempresa foi absorver as empresas regionais, em particular a Chesf, "dada sua condição econômica e financeira altamente positiva", graças ao enxugamento efetuado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que deu início a "um ciclo vir-



Cezar Viegas

Senador condena processo de centralização na Eletrobras

tuoso de lucratividade contínua".

A centralização de comando da Chesf na Eletrobras é lamentável e vai "na contramão da tendência observada no Brasil e mesmo em outros países", afirmou o senador pernambucano.

Prejuízos

Segundo ele, a centralização já começa a "causar prejuízos concretos à Chesf". Com a transferência do comando para o Rio de Janeiro, destacou Maciel, para lá foram muitos postos de trabalho, cuja manutenção no Nordeste, carente de empregos qualificados, seria muito importante.

Também estão sendo transferidos para a sede da Eletrobras muitos cargos de planejamento, engenharia e construção de usinas, o que causará prejuízo para as universidades e outros centros nordestinos de gestão de conhecimento, disse o parlamentar.

Heráclito: governador confirma denúncia sobre aluguel de carros

Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou ontem o governador do Piauí, Wilson Martins, por ter confirmado a denúncia de que o governo estadual gasta R\$ 5 milhões por mês com o aluguel de automóveis de luxo.

Segundo o senador, a imprensa noticiou que o governador quer cortar pela metade esse gasto. Wilson Martins, do PSB, assumiu no dia 1º de abril, no lugar de Wellington Dias (PT). Heráclito ressaltou alternativa apresentada pelo governador de trocar o aluguel dos carros grandes por modelos mais populares.



Heráclito Fortes

Mão Santa critica exclusão do Piauí nos planos de novas UTIs

Em nome da liderança do PSC, o senador Mão Santa (PI) protestou pelo fato de o governo federal não ter destinado verbas para construção de unidades de tratamento intensivo (UTIs) em seu estado. Serão, ao todo, mais 471 novos leitos em 11 estados brasileiros, informou o representante piauiense.

O parlamentar leu "um folheto de propaganda do governo", segundo o qual a verba de R\$ 70,3 milhões para investimentos em UTIs é destinada a dez estados e ao Distrito Federal.



Mão Santa

Flexa Ribeiro diz que PT do Pará chantageia aliados na Assembleia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que o PT do Pará está usando a chantagem para tentar convencer os seus aliados na Assembleia Legislativa, especialmente o PMDB, a aprovarem um novo limite de endividamento do estado (um financiamento de R\$ 366 milhões junto ao BNDES), mesmo sem justificar o que fez com o dinheiro de empréstimos anteriores. O senador explicou que os deputados estaduais querem que a governadora Ana Júlia Carepa, do PT, explique como gastou um empréstimo anterior de R\$ 244 milhões.



Flexa Ribeiro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Geovani Borges • Heráclito Fortes • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Três comissões debatem regras para pré-sal

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) realizarão audiência pública para analisar os quatro projetos de Lei (PLCs 309/09, 7/10, 8/10 e 16/10) que tratam do marco regulatório do petróleo. As propostas tratam da criação da Petro-Sal, da instituição do Fundo Social, da capitalização da Petrobras e da implantação do regime de partilha na exploração do pré-sal. O debate foi solicitado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Por sugestão de Jereissati, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel e o economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) José Roberto Afonso irão falar sobre as implicações tributárias das propostas.

A adequação dos projetos à Constituição deverá ser analisada pelo ex-diretor jurídico do BNDES Durval Soledad e pelo consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na área de governança corporativa e finanças Marcos Rechtman. Já o vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip) Celso Silva, o ex-presidente da Petrobras Américas Renato Bertani e o ex-diretor de produção e exploração da Petrobras Wagner Freire irão abordar as mudanças na perspectiva do setor petrolífero.

A posição governamental sobre as medidas será apresentada pelo secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo; pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de Carvalho; e pelos secretários de Fazenda do Rio de Janeiro e da Bahia, Joaquim Levy e Carlos Martins, respectivamente.

A visão econômica das propostas ficará a cargo do presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio/SP, Paulo Rabello de Castro, e dos economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sérgio Gobetti e Ana Luiza Silva de Alvarez.

Comissão de Infraestrutura aprova modificação no Código Brasileiro de Aeronáutica. Exigência vale para aeroportos que não disponham de pontes de acesso ou para os casos em que aeronaves parem muito longe do terminal

Aeroportos devem oferecer elevador para cadeirante embarcar no avião

O CÓDIGO BRASILEIRO de Aeronáutica poderá obrigar os aeroportos que não disponham de pontes de acesso aos aviões a oferecer elevadores para embarque e desembarque às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A determinação foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e ainda será votada nas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ), nesta em decisão terminativa.

Para o autor do PLS 537/09, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apesar de as normas de transporte aéreo tratarem dos passageiros que necessitam de assistência especial, a realidade dos aeroportos brasileiros mostra que elas não são cumpridas.

Segundo Azeredo, em aeroportos não dotados de pontes de acesso é comum que passageiros



Hélio Costa, Edison Lobão e Flexa Ribeiro durante a reunião da CI

com deficiência ou mobilidade reduzida sejam carregados por empregados das empresas aéreas para dentro das aeronaves – uma situação constrangedora, como lembrou o senador.

Nesses casos, frisou Azeredo, deveria haver um elevador específico ou outro dispositivo

equivalente para levar as cadeiras de rodas ao nível da porta da aeronave.

Pelo projeto, a exigência vale também para os casos em que os aviões estacionem muito longe do terminal de passageiros. Esses mecanismos devem ser capazes de efetuar, com conforto e

segurança, o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos de regulamentação específica.

Ao apresentar parecer favorável à aprovação da matéria, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que a determinação contribuirá para a modernização da aviação brasileira, elevando-a ao nível do serviço praticado nos melhores aeroportos do mundo.

– Um país que tem se apresentado no cenário internacional como um ator de primeira grandeza não pode conviver com situações constrangedoras como as descritas pelo autor da proposição. Isso especialmente em aeroportos que são os portões de entrada do território nacional, como é o caso dos aeroportos internacionais – disse Rosalba.



Aviões conectados a pontes de acesso no Aeroporto Internacional do Recife: hoje, pessoas com necessidades especiais têm que ser carregadas até as suas poltronas



Para senador, revista pode ser fonte de informação e base para estudos

em discussão! é trabalho de qualidade, diz Fernando Collor

Fernando Collor (PTB-AL) apresentou ontem aos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que preside, a primeira edição da revista *em discussão!*, nova publicação do *Jornal do Senado*. Para Collor, trata-se de “trabalho de muito boa qualidade, que vai servir de informação e de base para estudos que venham a ser realizados sobre os temas tratados”.

O objetivo da revista é registrar as audiências públicas pro-

movidas pelas comissões da Casa para ouvir especialistas sobre os projetos em tramitação. Nessa primeira edição – O Senado e o desafio da exploração do pré-sal –, a revista registra a audiência pública conjunta promovida pelas comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos para discutir os projetos que integram a proposta de marco regulatório para a exploração do petróleo na camada do pré-sal.



Novo veículo publica debates promovidos pelas comissões

TVs Câmara, Senado e Alesp num mesmo canal aberto em SP

Os presidentes do Senado Federal, José Sarney, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Barros Munhoz, vão inaugurar no dia 29 a transmissão do canal 61, com as programações simultâneas 24 horas da TV Câmara, da TV Alesp e da TV Senado na cidade de São Paulo. O evento será na sede da assembleia.

Após um ano e meio de operação com um transmissor de

baixa potência, um importante passo é dado agora com a inauguração dos transmissores que somam 15kW, o que permitirá que a programação das três emissoras chegue aos lares dos quase 20 milhões de habitantes do município em sinal aberto, com alta qualidade.

A parceria busca baixar os custos da operação. A Câmara adquiriu os transmissores e a assembleia legislativa é a responsável pela oferta da torre

onde estão instalados os transmissores, na Fundação Padre Anchieta, e pelo custeio.

Refêrência

A multiprogramação permite a transmissão potencial de até quatro programações simultâneas por um mesmo canal digital. O próximo passo será a inclusão dos sinais das TVs de câmaras municipais em cidades paulistas onde os sinais dos transmissores estejam

disponíveis.

O modelo de operação que está sendo testado em São Paulo servirá de referência para a expansão da Rede Legislativa de TV Digital em todo o país, uma proposta do deputado Inocêncio Oliveira já aprovada na Câmara e em análise no Senado. Os transmissores estavam orçados em R\$ 8 milhões. No entanto, durante o processo licitatório, o valor baixou para R\$ 3,35 milhões.



A audiência pública foi solicitada por Jereissati

CRE aprova indicação de embaixadora em Israel, para quem situação política na região não pode ofuscar potencial das relações bilaterais

Brasil quer contribuir para paz no Oriente Médio

O BRASIL PROSEGUIRÁ em busca do entendimento no Oriente Médio, anunciou ontem a embaixadora nomeada para Israel, ministra de primeira classe Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O país está disposto a contribuir para a paz na região, "na medida em que for do interesse de nossos interlocutores", informou.

Aos integrantes da comissão, a embaixadora qualificou como altamente exitosa a visita do presidente Lula a Israel, em março. Ela recordou que o presidente foi aplaudido de pé no Knesset (o parlamento israelense), mesmo depois de ter criticado a construção de novos assentamentos judeus em Jerusalém Oriental, área reivindicada pela Autoridade Palestina. Ressaltou ainda que o governo brasileiro julga poder ser útil no processo de paz.

– Caso tenha a minha indicação confirmada, eu me pautarei pela busca do diálogo e de uma solução justa e duradoura para o Oriente Médio – disse Berenguer, cuja mensagem de nomeação, que teve como relator o senador Marco Maciel (DEM-PE), ainda será submetida ao Plenário do Senado.

Segundo a embaixadora, não se deve permitir que a ques-

ção política do Oriente Médio ofusque o grande potencial das relações com Israel, a quem classificou como um Estado moderno, com uma "população jovem e dinâmica e de cabeça aberta". Em sua avaliação, existem amplas possibilidades para uma maior cooperação, entre os dois países, em ciência e tecnologia.

Comércio

O comércio bilateral, disse Berenguer, está abaixo do potencial. Em 2008, segundo informações contidas no parecer elaborado por Maciel, as trocas comerciais alcançaram US\$ 1,6 bilhão, mas caíram a pouco mais da metade em 2009, em função da crise internacional. Na opinião da embaixadora, o comércio entre os dois países terá um grande impulso com a entrada em vigor do acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, já ratificado pelo Brasil. O acordo passa a valer para cada membro do Mercosul depois da sua ratificação pelo respectivo Poder Legislativo.

Após ouvir a exposição da embaixadora, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) – descendente de árabes – ressaltou a forte união existente no Brasil entre árabes e judeus e informou que será realizada em São Paulo uma corrida pela paz no Oriente Médio.



Eduardo Azeredo, entre as indicadas Maria Elisa de Bittencourt Berenguer (E) e Ana Lucy Gentil Cabral Petersen

Aprovado acordo entre Mercosul e estados árabes

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, firmado em maio de 2005, em Brasília. O acordo tramita como projeto de decreto legislativo (PDS 868/09) e será submetido ao Plenário.

Segundo o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o acordo tem por objetivo a negociação de livre comércio entre os dois blocos, em conformidade com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As duas partes decidem, assim, aprofundar o intercâmbio de informações sobre comércio exterior, eliminar barreiras tarifárias e não tari-

fárias e estimular as relações empresariais.

Assinaram o acordo, pelo conselho, representantes dos governos de Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Arábia Saudita, Omã, Catar e Kuwait.

Também firmaram o documento representantes dos governos dos quatro países que compõem o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Vai à sanção aumento dos efetivos da Aeronáutica

A CRE aprovou também, em decisão terminativa, projeto de lei da Câmara (PLC 11/10) que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica. Se não houver recurso para exame do Plenário, a proposta irá à sanção presidencial.

Segundo explicação do Poder Executivo, a ampliação dos efetivos da Aeronáutica destina-se a adequá-la às "contínuas e crescentes demandas do transporte aéreo brasileiro". O parecer favorável foi lido pelo senador Paulo Duque (PMDB-RJ).

Dois outros projetos de de-

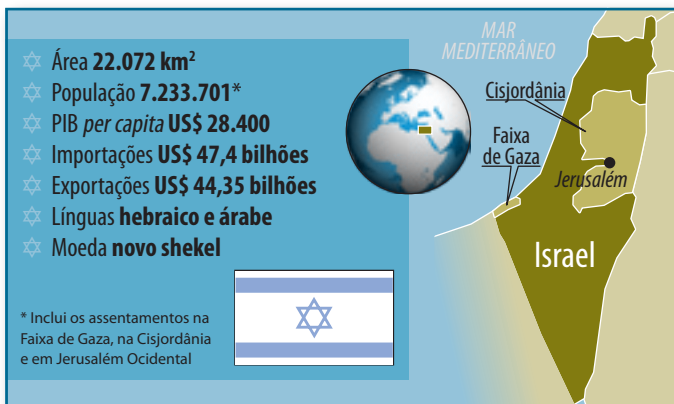
creto legislativo foram aprovados pela comissão: o PDS 18/10, relatado por Augusto Botelho (PT-RR), aprova acordo entre os estados membros da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) para o combate à malária; o PDS 873/09, por sua vez, aprova acordo entre o Brasil e o Timor Leste, sobre exercício de atividade remunerada por dependentes de diplomatas.

Foram ainda aprovados três requerimentos. O primeiro, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), pede que o embaixador da Venezuela no

Brasil, Julio Montoya, compareça à comissão para comentar as relações comerciais entre os dois países. Os dois outros, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), solicitam a realização de debate sobre o programa nuclear brasileiro, com a presença do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, e a criação de uma comissão externa para participar da 8ª Conferência das Partes de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, a ser realizada em maio, na sede da Organização das Nações Unidas.

Pequena área e PIB per capita elevado

País tem um território equivalente ao estado de Sergipe.
PIB per capita é o 31º maior do mundo



Fonte: CIA World Factbook

Relações com Venezuela e Irã preocupam a oposição

Ao agradecer a visita feita há uma semana à Comissão de Relações Exteriores pelo ministro Celso Amorim, o presidente do colegiado, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reiterou que a oposição mantém algumas preocupações em relação à política externa brasileira, especialmente a respeito de temas como as relações do Brasil com o Irã e a Venezuela.

Segundo Azeredo, o ministro de Relações Exteriores deverá voltar a debater, em junho, a política externa com os senadores da comissão.

Em razão de pedido de vista apresentado pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), a CRE

adiou a votação da mensagem de indicação da ministra de primeira classe Ana Lucy Gentil Cabral Petersen para o cargo de embaixadora do Brasil em Angola. O relator da mensagem, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), apresentou parecer favorável.

Azeredo anunciou que a comissão votará a mensagem presidencial dentro de duas semanas. Os senadores João Tenório (PSDB-AL), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Paulo Duque (PMDB-RJ) lembraram a importância das relações do Brasil com Angola e pediram uma rápida decisão sobre a indicação da embaixadora brasileira naquele país.



Ao lado de Rosalba Ciarlini, Paulo Duque lê relatório favorável à aprovação do aumento dos quadros militares

Embaixador deverá falar sobre dekasseguis

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) anunciou ontem que apresentará requerimento convidando o embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanochi, para falar, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sobre a posição do governo japonês a respeito dos *dekasseguis*, descendentes de japoneses

que vão trabalhar no Japão.

Tuma disse que pedirá ao embaixador que interceda junto ao governo japonês para que sejam cumpridas as chamadas cartas rogatórias endereçadas aos *dekasseguis* por suas esposas no Brasil. A maioria das cartas trata de pedidos de pensão alimentícia e, segundo Tuma, retorna ao

país sem resposta, por não encontrar o destinatário.

Hoje, conforme estimativa da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil, entre 10 mil e 15 mil famílias encontram-se desamparadas, a maioria formada por esposas que foram abandonadas por seus maridos, que buscaram trabalho no Japão.